

o cotidiano do aluno trabalhador: uma "nova" abordagem para o ensino da língua portuguesa no curso supletivo

Luzimar de Sousa e Silva*
Maria Doninha de Almeida*
Maria Júlia de Paiva Almeida*

Os procedimentos metodológicos adotados pelos pesquisadores nos trabalhos de caracterização da clientela educacional, em sua maioria, não ultrapassam o uso do dado como fenômeno desligado das determinações contextuais que geram a condição de vida e as experiências dos pesquisados. A utilização de tais resultados torna-se limitada, dependendo, ainda, de uma sistematização posterior. Trabalhos de caracterização que têm como objetivo subsidiar o processo propriamente pedagógico devem culminar com um resultado que propicie a sua utilização imediata por parte de professores e alunos. E, em se tratando de aluno do supletivo, a preocupação primeira deve ser a valorização das experiências adquiridas no contexto do seu cotidiano. Isto porque o mínimo que a escola deve fazer é criar condições para que nela o aluno adulto encontre explicações científicas sobre o conteúdo que configura o seu cotidiano.

* Professora do DEPED-UFRN.

Não propomos que a escola adote o pressuposto de Freire (1982) sobre o privilégio da leitura do mundo em relação à leitura da palavra, mas cremos que as determinações da história do aluno devem ser consideradas. É verdade que a educação regida pela escola formal não pode, nem deve, seguir um modelo padrão, mesmo porque a escola não é o único lugar onde o aluno aprende, mas os cursos supletivos, notadamente aqueles que atendem alunos com idade igual ou superior a 16 anos, vindo do 1º. grau incompleto, da Educação Integrada, ou alunos que nunca tinham antes frequentado a escola, obrigam-se a vincular os conteúdos trabalhados às reais condições de vida desses alunos.

Algumas tentativas, nesse sentido, têm sido postas em prática junto ao Curso Intensivo de 1º. Grau Supletivo - CIPS, com o objetivo de revisar tanto os conteúdos trabalhados quanto a forma de explorá-los. Todas, porém, apelam para o refrão que prega a intenção de aproximar o processo de ensino à realidade do aluno. A realidade, todavia, tem recebido variadas interpretações, quase sempre superficiais, porque ficam apenas no fato isolado, desprezando as suas relações com o contexto que o determina.

O nosso entendimento nos conduz para o pressuposto de que os fundamentos teórico-científicos que garantem a correta leitura sobre a realidade concreta passam, necessariamente, pela mudança no modo de pensar e, conseqüentemente, mudança na forma de explorar os conteúdos, instrumentos de trabalho no processo pedagógico. Assim sendo, as informações que configuram a caracterização da clientela do sistema educacional podem ou não propiciar a compreensão da realidade de tal clientela. Contudo, é bem mais fácil a leitura da palavra, quando essa leitura parte de situações familiares aos alunos. E, para expressar o cotidiano do aluno do CIPS, na cidade de Natal-RN, apoiamos-nos em informações da pesquisa "Uma nova abordagem para o estudo da língua portuguesa no ensino supletivo: experiência no CIPS da E.E. João Tibúrcio, em Natal-RN".* Essas informações privilegiam a forma como o aluno do supletivo garante a sua sobrevivência material e resultam de entrevistas feitas em pequenos grupos de alunos do CIPS, organizados por categorias de ocupações, conforme a situação dos mesmos no mercado de trabalho, à época da pesquisa. Dessa forma, pretendemos contribuir para caracterização do aluno do CIPS, principalmente daqueles da zona urbana que, para sobre-

* Pesquisa da qual participaram Lúcia de Fátima Costa Melo e Maria de Lourdes de Souza Peixoto, professoras do CIPS-RN, a partir de 1985.

viver, trabalham ou trabalharam na indústria de confecções, no comércio, na construção civil, nos biscates, etc. Após a sistematização, as informações foram organizadas sob forma de textos didáticos para uso no processo pedagógico da Língua Portuguesa.

FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA DO ALUNO TRABALHADOR

Experiência na indústria de confecções (Texto nº. 1)

Trabalho na indústria de confecções. Diariamente estou saindo de casa às 5 horas, para chegar à fábrica às 5 horas e 30 minutos, pois esse é o horário que o portão é aberto. O expediente começa às 6 horas. A fábrica permite que eu chegue atrasada até 15 minutos. Após esse prazo, os portões são fechados. Caso eu não consiga chegar nesse horário, terei que produzir mais para compensar o tempo perdido, ou então será descontado do meu salário. No trajeto de casa para a fábrica, enfrento dificuldades relativas aos meios de transporte. Muitas vezes espero de 40 a 50 minutos para tomar o ônibus, que, a essa altura, já vem superlotado. Isto acontece porque o sistema de transporte é precário, sobretudo para aqueles que moram nos bairros mais afastados.

Logo que chego à fábrica, bato o cartão de ponto. Em seguida, vou ao vestiário trocar de roupa e dirijo-me à seção de trabalho. Nessa seção, trabalho 8 horas contínuas e, para garantir maior produtividade, tenho o direito de duas saídas com duração de 5 minutos cada uma, que eu posso utilizar de acordo com as minhas necessidades: ir ao banheiro, lanchar, fumar, ou apenas fazer uma pequena pausa para aliviar um pouco. Como trabalho no primeiro turno, das 6 às 14 horas e tenho apenas meia hora para almoçar, sou obrigada a ficar na fábrica. Lá, o almoço é vendido. Este é semelhante ao da minha casa, mas não tão bom, porque é feito para muita gente e fica sem gosto.

Atualmente assumi, por promoção, a função de controladora de estoque intermediário. Além desse trabalho, exerço a função de anotadeira. O salário pago para essa última função é melhor, mas só recebo o salário correspondente à primeira, que é menos valorizada.

Anteriormente, trabalhei em várias seções: a princípio, na seção de pranchar golas. Considerava esse trabalho muito simples, porém cansativo, porque utilizava os dois pés engomando colarinho, numa máquina grande a ar e de alta temperatura. Nessa seção, a produção mínima exigida por dia era de 2.102 golas,

porém cheguei a produzir 4.600. Isto porque ganhava de acordo com a produção.

Em seguida, trabalhei na seção de forrar pontiola. Quando comecei, era exigida uma produção de 700 pontiolas, depois aumentaram para 900. Isso ocorreu porque o salário aumentou e a gente tinha que produzir mais, para que a produção cobrisse o salário. Esta era a justificativa do patrão.

Com a experiência que adquiri, trabalhando nesses setores, passei a produzir de acordo com o mínimo exigido, embora, às vezes, produzisse mais do que isso. Eu agia assim, porque, no dia em que eu não pudesse produzir o mínimo exigido, ou necessitasse sair mais cedo, tinha uma reserva para completar a produção. E, ainda, para que a supervisora não cobrasse mais, o que ela estava sempre fazendo.

Em todas as seções que trabalhei, existia uma supervisora de controle de produção. Quando ela encontrava uma peça defeituosa, reclamava e colocava essa peça misturada com as boas. Então, eu tinha que olhar o lote todo, para verificar se existiam outras peças com defeitos no restante da produção.

Na fábrica, existe um prêmio ao final do ano, equivalente a 50% do salário, para quem não faltou e não tirou licença. Isso quer dizer que, se o operário faltar, mesmo por doença, perde o prêmio.

Na verdade, por tudo isto que falei, não vejo nenhuma vantagem para o operário: aumentado o salário, tenho que aumentar a produção; quando sou promovida, assumo, ao mesmo tempo, duas funções e recebo o salário correspondente à função menos valorizada. Após tantos anos, o tratamento que eu recebo hoje é o mesmo que recebia nos primeiros dias de trabalho. O que importa para os donos da fábrica é o que os operários produzem e não o que eles são como pessoas.

O trabalho excedente (Textonº. 2)

- Como somos quatro trabalhadores aqui reunidos, sugiro que cada um de nós relate a sua experiência em relação à questão da jornada de trabalho. Peço permissão ao grupo para iniciar o meu relato.

Fui contratado para uma jornada de trabalho de 8 horas, mas cumpria 12 horas. As 4 horas extras eram pagas, equivalendo a 5% do dia de trabalho. Ora, sendo a jornada de trabalho dividida, um trabalho socialmente necessário, aquele que corresponde ao

salário do trabalhador e em trabalho excedente, não pago, correspondente ao lucro extraído da força de trabalho, uma parte do nosso trabalho está em função do lucro do proprietário.

- O meu caso é semelhante ao seu. Fui admitido por uma fábrica para trabalhar 8 horas e, no entanto, trabalhava 10 horas e 30 minutos, sem ganhar hora-extra. Se entendi, os proprietários aumentam o trabalho excedente, ampliando a jornada de trabalho, para garantir maior lucro às custas da exploração da nossa força de trabalho.

- Sim, mas o aumento do trabalho excedente se dá principalmente pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Isto é, cada trabalhador deve produzir em menos tempo o equivalente ao seu salário. Digamos: fui contratado para 8 horas de trabalho. Em 6 horas, executo o trabalho socialmente necessário; as duas horas restantes correspondem ao trabalho excedente. Se eu passar a produzir em 5 horas o trabalho socialmente necessário, o excedente será acrescido de 1 hora. Quanto menor o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria, maior será o trabalho excedente, também chamado mais-valia.

- Percebo que a minha experiência deixa clara essa questão do trabalho excedente. Até pouco tempo trabalhei numa fábrica, selecionando castanha. Lá, independente da minha posição em relação à esteira, isto é, no cabeçote ou ao final da mesma, atingia uma produção máxima de 300 quilos por dia, quando a produção mínima exigida ao final da esteira era de 100 a 180 quilos. Atingi esta produção, porque selecionei apenas um tipo de castanha, batoque de primeira. O proprietário havia prometido um salário de acordo com a produção, mas isso não foi cumprido. Mesmo apresentando uma ótima produção, recebi duas advertências: a primeira quando me senti mal e, não tendo consentimento para sair, fugi do trabalho; a segunda, porque ri ao ouvir a conversa de uma colega. Nos dois casos, fui chamada para assinar uma advertência, sendo que, da primeira vez, descontaram dois dias do meu salário e, da segunda, me avisaram que seria demitida por justa causa, se cometesse outra desobediência.

- Isto realmente acontece. Para não comprometer a produtividade, o proprietário não admite nenhum comportamento que possa prejudicar o ritmo do trabalho. Qualquer atitude contrária pode justificar o ato de demissão.

- Eu também tenho um exemplo da arbitrariedade nesse

sistema produtivo. No meu trabalho, fazia tudo para não ser chamada à atenção; certo dia, a máquina em que eu trabalhava apresentou defeito no ponto; o mecânico consertou-a, mas esta continuou com defeito, e um lote de roupa foi reprovado três vezes. Por isso fui advertida, o que provocou, mais tarde, o meu pedido de demissão.

- Sim, sua experiência também explica o que estamos discutindo. Nós, que fazemos parte de uma classe que não dispõe dos meios de produção, temos que vender nossa força de trabalho para sobreviver. Os donos das fábricas, ao se apropriarem da nossa força de trabalho, asseguram para si um trabalho que excede o valor dessa força, o trabalho excedente. E para isso usam vários mecanismos, principalmente, a arbitrariedade.

O comerciário (Texto nº. 3)

Nós, que trabalhamos no comércio, contribuimos para que o "lucro" extraído da força de trabalho no processo de produção de mercadorias se realize. Como? Pela participação no processo de comercialização das mercadorias.

A experiência de colegas que trabalham em diversos setores do comércio pode mostrar o que significa participar dessa comercialização.

Eu, por exemplo, trabalho numa loja de peças. Vendo no balcão e realizo serviços externos, entregando mercadorias e fazendo cobranças. Um colega que trabalha numa loja de tecidos vende no balcão e arruma o estoque. Outro, empregado numa padaria, despacha no balcão, compra farinha, entrega pão, faz cobranças e é encarregado da limpeza do estabelecimento.

Pelas três experiências, anteriormente citadas, percebemos que os comerciários não fazem apenas a venda da mercadoria, mas são designados para muitos outros afazeres.

O horário de trabalho deve ser rigorosamente obedecido; todavia, se ultrapassarmos uma hora ou mais, não recebemos hora-extra. E, ainda, se deixarmos de fazer uma cobrança, por esquecimento, ou por falta de tempo, vendermos uma mercadoria pelo preço inferior; se ocorrer uma pane no transporte da firma, ou um acidente, o prejuízo é descontado do nosso salário.

A imposição de tais condições contribui para que os proprietários mantenham seus lucros pela exploração da nossa força de trabalho.

Nós vivemos dias difíceis, quando o comércio está em crise. Os patrões reduzem bastante o número de empregados, por causa da queda nas vendas e dos compromissos assumidos. Ficamos sobrecarregados, e, desse modo, pioram as relações de trabalho. Os gerentes são encarregados de observar os empregados e, pelo fato de terem que prestar conta dos nossos serviços ao patrão, administram com rigidez, tornando-se malvistos.

Se um freguês não compra a mercadoria, o comerciário leva grito, é considerado incompetente e, posteriormente, é dispensado. O ambiente de trabalho é tenso.

Aos patrões, o que interessa é que o empregado venda a maior quantidade de mercadoria, mesmo que esta não seja de boa qualidade. Para isto, alguns patrões estabelecem uma cota mínima de venda e uma comissão para aqueles que ultrapassarem essa cota. Se não vendermos o mínimo estabelecido, estamos sujeitos a não ganhar nem mesmo o salário.

Nessa situação, torna-se difícil fazer exigências ao patrão. Não existe emprego para todos e há muita gente procurando vaga. No momento, vamos viver de quê? Mas, sentimos que esta situação não pode continuar. O que poderíamos fazer para modificá-la?

O trabalhador na construção civil (Texto nº. 4)

- Comecei a trabalhar na construção civil como servente e, depois de um ano de experiência, assumi a função de pedreiro.

Neste trabalho, a forma mais comum de contrato entre patrão e empregado é por empreitada. Assim, apenas um trabalhador é contratado, como no meu caso. Fico encarregado da obra, com a responsabilidade de efetuar o pagamento e indicar pessoas para realizar os serviços.

Uma das obras que realizei, de acordo com este sistema, foi a construção de um muro por Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros). Para fazê-lo, ajustei o serviço com um pedreiro por Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) e dois ajudantes por Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) cada. Um ajudante ficou encarregado de fazer a cavação, e o outro a preparação e fornecimento da massa ao pedreiro. Realizamos o trabalho em 6 dias, e eu, como encarregado da obra, ganhei Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Uma outra obra que eu assumi foi a construção de um conjunto de casas. O encarregado determinava as funções, conforme

as habilidades de cada um. Um grupo ficava com a responsabilidade de fazer o estucamento, outro, o assentamento de azulejo, outro, o piso, etc. Para executar a obra, recebemos orientação de um supervisor geral, de um engenheiro e de um arquiteto que dispunham da planta. Estes profissionais forneciam as informações necessárias sobre como a obra deveria ser executada.

Algumas vezes, tais informações geravam atrito, porque cada um deles dava uma orientação diferente.

Também na construção civil enfrentamos sérios problemas quanto à realização do nosso pagamento. Exemplificando: pagamento parcelado, com a justificativa de falhas no serviço; atraso no horário do pagamento; pagamento de hora-extra efetuado de forma não integral, ou seja, trabalhamos 20 horas e só recebemos por 15. Trabalho, este, realizado, às vezes, até às 22 horas.

Mesmo assim, a procura de emprego é grande; passam, por dia, muitos trabalhadores que tentam uma vaga nas empresas de construção.

Quando trabalhei na construção da Nova São Rafael, com turmas de Jucurutu, Açú, Pendências, etc., passamos por situações semelhantes. Digamos, eu tinha que receber Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) e recebi apenas Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Essa turma era "quente". Nessa ocasião, criou-se um atrito com os responsáveis pela obra. Foi preciso chamar a polícia para guardar o escritório. Oito dias depois, recebemos o restante. Às vezes, o pagamento é efetuado, mas, geralmente, os revoltados são demitidos do trabalho.

Tudo isso gera conflito entre os trabalhadores. Aqueles que reagem a estas situações, como se vê, são coagidos pela polícia e até demitidos. As ordens do patrão prevalecem sobre os nossos direitos.

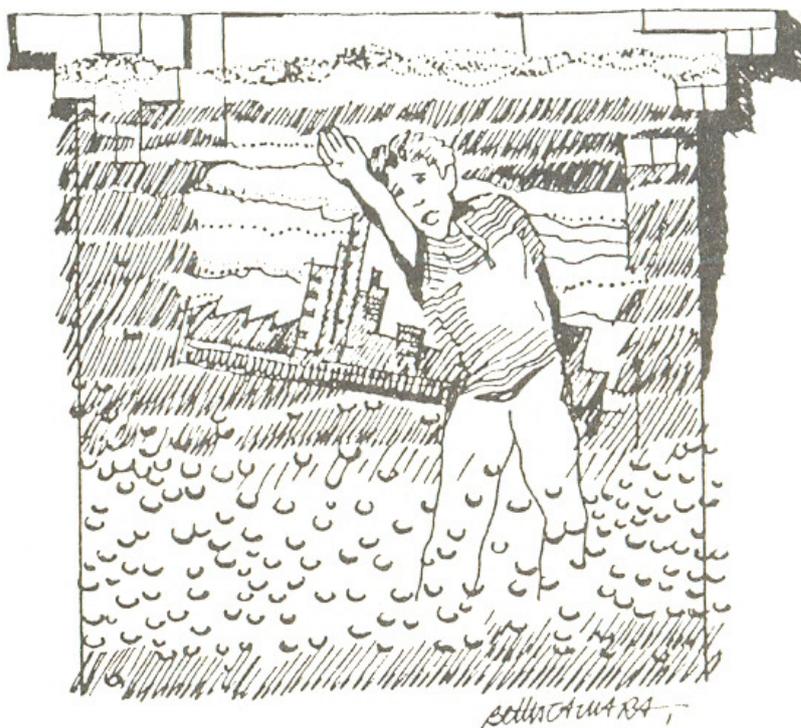
- Eu também tenho trabalhado na Construção Civil como ajudante de pedreiro. Devo estar sempre com um carro de mão cheio de material para auxiliá-lo. Às vezes, a gente trabalha com pessoas mais vagarosas que atrasam o serviço; assim, diminui a produção e somos prejudicados.

Se um pedreiro fizer um reboco e passar do ângulo reto, o trabalho é desfeito, e a gente perde a metade ou toda produção. Quando arrumo um serviço mais complicado, como arrematamento de azulejo, que tem muito bate prumo, corte e recorte de azulejo, o serviço é demorado, então, nossa produção fica reduzida.

Tenho direito a 30% da produção do pedreiro. Esse cálculo

é feito medindo a área em metros quadrados. O meu ganho por mês depende dessa produção. Geralmente, ganho Cr\$ 160,00 (cento e sessenta cruzeiros) a Cr\$ 180 (cento e oitenta cruzeiros), se o serviço é bom. Quando a minha carteira é assinada, domingos e feriados não são pagos, e os sábados, recebo somente se trabalhar.

Ao trabalhar para dois pedreiros, ganho apenas 25% da produção de cada um. Como ajudante de pedreiro, a gente trabalha muito, mas é como diz numa música popular brasileira: "... o pedreiro constrói o mundo inteiro e no fim não tem casa para morar".



Os permutáveis (Texto nº. 5)

- Nós, trabalhadores, enfrentamos grandes dificuldades para conseguir um emprego e permanecer no mesmo. Ocorre, com muita frequência, mudarmos de um emprego para outro. Somos facilmente substituídos no trabalho e permanecemos por pouco tempo no novo emprego, com mínimas chances de voltar a trabalhar.

Como estamos sempre mudando de um emprego para outro, ora trabalhamos no setor de produção de mercadorias, ora no setor de circulação das mesmas, ora no setor de serviços. Se não estamos num destes três setores, trabalhamos nos serviços domésticos ou como biscateiros.

- Enquanto você falava, eu pude lembrar minha experiência como um desses trabalhadores. Ela se encaixa muito bem no que você está dizendo. Observem: meu primeiro emprego foi como auxiliar de escritório, onde trabalhei durante quatro meses. Em seguida, trabalhei numa indústria de alimentos, como demonstradora durante oito meses; depois, num supermercado, também como demonstradora de alimentos, por quatro meses. Trabalhei, noutro momento, numa indústria de confecções como auxiliar de costureira, durante um ano e seis meses. Depois, trabalhei numa lanchonete como balconista, durante um ano e um mês. Meu último emprego foi numa indústria de confecções como costureira, onde permaneci por um mês e quinze dias. Faz um ano que estou desempregada. Sobrevivo vendendo perfume ou qualquer outro tipo de mercadoria e prestando serviços domésticos.

- Ouvindo vocês, vejo que minha situação não é diferente, porque tenho tentado de várias formas e não consigo emprego. Vejam o que já fiz e por onde andei: trabalhei como balconista, no Rio de Janeiro, durante dois meses. Depois, em São Paulo, trabalhei como cobrador de ônibus, por três meses; entregador de jornal, durante um ano e dois meses, e como motorista de táxi, por um ano e seis meses. Vim para Natal, fui a várias empresas à procura de trabalho e não encontrei. Na última empresa onde andei, havia 10 vagas e cerca de 1.200 trabalhadores na fila. As inscrições eram em número limitado, para 200 pessoas apenas. Não conseguindo trabalho, resolvi ir para o Norte. Lá, trabalhei em Porto Velho, como motorista de caminhão por um mês, depois como operário, por um mês também. Em seguida, trabalhei por duas semanas, como garimpeiro. Estive, por último, na Bolívia, trabalhando como vendedor de rede. Há quatro anos estou desempregado.

- Tudo isto é muito sério para o trabalhador, porém o que agrava mais ainda a nossa situação é que, para assumir determinados serviços, não é dada prioridade àqueles que dispõem de experiência. E o que é pior, os trabalhadores que não estão organizados nem conhecem as possibilidades de sua categoria têm menos condições de fazer reivindicações e lutar por melhores salários. Então, quanto maior for a desorganização e a desinformação da classe trabalhadora, mais difícil se torna sua luta.

- O que você disse agora, de certa forma, eu posso ilustrar contando o que aconteceu comigo. Trabalhei como chefe de seção num supermercado, durante seis anos e, como o meu salário era superior aos que tenho encontrado ultimamente, tive que tirar outra

carteira profissional, para conseguir emprego. Fiz teste, passei, e estou aguardando o chamado.

- Pelo visto, cada trabalhador tem muitas histórias para contar, porque eu, por exemplo, fui representante de uma distribuidora de livros durante um ano e quatro meses, sem carteira assinada. Ganhava apenas 20% sobre a venda da mercadoria. Se eu não conseguisse vendê-la, não ganhava nada. Quando saí deste emprego, denunciei na Junta e ganhei a causa, mas o proprietário da Distribuidora decretou falência, e fui mais uma vez prejudicado. Depois, arranjei outro emprego no comércio, ganhando uma porcentagem de 4% das vendas, sem carteira assinada. Trabalhei durante seis meses e recebi uma "ninharia". Já trabalhei até nas campanhas políticas, a fim de arranjar um emprego, e, nada! Faz dois anos que estou desempregado.

- É verdade! Cada trabalhador tem uma experiência para contar. Todavia estes fatos demonstram que, para o trabalhador assumir uma função, não depende da sua experiência nem da sua qualificação, daí por que ele fica permutando de um setor para outro. Este trabalhador permutável é, portanto, constantemente transformado em desempregado, ou parcialmente empregado.

Os biscateiros (Texto nº 6)

- A gente vê que a cada dia aumenta o número de desempregados que, para sobreviver, trabalham como biscateiros, vendedores ambulantes, camelôs e feirantes.

- É verdade. Estes trabalhadores concentram suas atividades na Cidade Alta, Alecrim, ou nas feiras de bairro.

- Eu mesmo estou desempregado há muito tempo, e, para enfrentar essa situação, resolvi ser vendedor ambulante de cigarro. Compro a mercadoria à vista e faço minha própria clientela. O meu lucro é de 10% do que paguei pelo cigarro, e ainda tenho que dividi-lo com o cliente.

- Estas são as condições impostas para ser vendedor de cigarro?

- Sim, além disso, somos sujeitos a vender a prazo, por 8 dias. Quando há o aumento do cigarro, por exemplo, se for em torno de 40%, em vez de comprar 10 pacotes, passo a comprar 6, o cliente que comprava 6, passa a comprar apenas 3. Observe: à medida que aumenta o preço da mercadoria, diminuem minhas possibilidades de compra e venda. Sobreviver torna-se cada vez mais difícil!

- Mas, mesmo assim, é grande o número de camelôs, de vendedores ambulantes. A situação é difícil, não?!

- Sem dúvida! Outro dia li num jornal da cidade que comerciantes utilizam os camelôs para venderem suas mercadorias, porque, desse modo, eles não tiram notas fiscais e, portanto, não recolhem o imposto devido. Fui informado, também, que em Natal atuam cerca de 70 vendedores ambulantes de cigarro. Veja, se fôssemos distribuídos por bairro e se os vendedores não vendessem abaixo do percentual estabelecido, nem elasteassem o preço para o cliente, teríamos a venda assegurada em todos os bairros e até nos municípios próximos a Natal.

- Compreendo, a situação de desemprego leva a tudo isto. A gente precisa entender melhor o que acontece por trás desse tipo de atividade.

- Exatamente, pois o trabalho do vendedor ambulante está comprometido, também, pela falta de organização desta categoria de trabalhadores.

É! Eu também trabalho como vendedor ambulante. Vendo pastéis, bolos, cocadas. Faço os alimentos pela manhã e à tarde saio para vender. Consigo um ganho mensal de um salário mínimo, que, como sabemos, não é o suficiente para o sustento de uma pessoa, muito menos de uma família.

- Imagino suas dificuldades, porque, antes de vender cigarro, fui vendedor de doces e tive muito prejuízo. Entregava a mercadoria e só recebia o dinheiro uma semana depois. Muitas vezes, fui obrigado a trocar doces novos por doces entregues na semana anterior, porque o comerciante alegava que os mesmos estavam estragados, e o único prejudicado era eu.

Para comercialização do cigarro, como vê, o vendedor ambulante não tem contrato, isto isenta o proprietário de pagar o salário mínimo e os encargos sociais. Dessa situação, só o proprietário da mercadoria tira proveito.

Mutilação do trabalhador (Texto nº 7)

- Certo dia, eu estava em experiência de trabalho numa fábrica e presenciei uma cena de loucura de uma funcionária. A moça passou por mim como um relâmpago, estava tão nervosa que tirou as sandálias e começou a puxar os cabelos. Correu para o portão, mas, encontrando-o fechado, não pôde sair. Em seguida, levaram-na para a enfermaria. Fiquei muito impressionada com aquela cena

e, algum tempo depois, quando já fazia parte do quadro de funcionários da fábrica, comecei a perceber que estava para acontecer comigo a mesma coisa.

Trabalhava na seção de fechamento, tinha que produzir 510 peças por dia em 10 horas de trabalho. Isto me deixava muito cansada, com forte dor na cabeça, pois, além de cansaço pelo trabalho, sofria as pressões do chefe, que não permitia nem mesmo olharmos de lado. Então, para não ficar louca, pedi demissão, porém fiquei tão nervosa que já passei um período de dois anos de licença pelo INPS e hoje estou desempregada.

- Comigo aconteceu o seguinte: quase fiquei parálitica por causa de um problema de coluna, que adquiri trabalhando numa fábrica. Só consegui uma licença médica, quando o problema já estava muito grave.

- Como vimos, o excesso de trabalho exigido do operário provoca doenças de origem nervosa. Sabemos que o trabalhador tem que se adaptar ao ritmo e à disposição das máquinas, por isso sua postura física é bastante prejudicada. Sabemos, ainda, que a temperatura elevada e o barulho das máquinas, a poeira dos componentes das matérias-primas no ambiente de trabalho muito contribuem para o aumento do cansaço e o aparecimento de outros problemas de saúde.

É comum, entre os operários que trabalham nas fábricas de fiação e confecção, doenças, como: asma, bronquite, tuberculose, intoxicação.

Acredito que o trabalhador brasileiro adocece, freqüentemente, pela falta de condições materiais de trabalho, como também pelos baixos salários que são pagos. Estes salários servem apenas para nos mantermos vivos. No Nordeste, 74,1% da população vive em condições de miséria, ou seja, ganha até um salário mínimo; e de estrita pobreza, com até dois salários mínimos. Esta situação provoca a desnutrição, que leva a altas taxas de mortalidade infantil.

As crianças, quando acometidas por doenças da idade infantil, como sarampo e disenteria, muitas vezes não resistem. Isto significa que a saúde desta população está comprometida devido à sua condição de classe.

- Encontramos, com muita freqüência, trabalhadores que têm os seus direitos violados neste sistema sócio-econômico. Por exemplo, trabalhar hora-extra e não receber; não fazer jus ao salário, porque não atingiu a cota mínima de venda estabelecida pelo

patrão. Acontece também de o trabalhador encontrar um emprego com salário inferior ao que ele recebia antes e ter que tirar outra carteira para ser admitido. Isto porque o trabalhador não pode receber um salário inferior ao que está registrado na carteira profissional.

- Eh! Tudo isto contribui para abalar a vida dos trabalhadores. Estes sofrem a exploração deste sistema que determina a instabilidade no emprego, de tal forma que eles permutam de um setor da produção para outro, permanecem desempregados por um longo tempo. Esse sistema cria, ainda, uma categoria de trabalhadores que fica parasitando em torno dele. Daí, estes trabalhadores ficarem buscando as formas mais desumanas possíveis para sobreviver.

- Eu diria mais, outras formas de violência são geradas por esta formação social. A droga, por exemplo, tem sido um grave problema decorrente desta formação, porque tem servido para enriquecer grupos poderosos e estimular a onda de crimes e assaltos à população.

- É verdade! Um reduzido número de pessoas que faz parte de grupos que detêm a riqueza, acumulada através da exploração dos trabalhadores, é que usufrui todos os privilégios materiais e sociais produzidos nesta sociedade.

O trabalhador e a educação escolar (Texto nº 8)

- Ultimamente, tenho observado que as salas de aula da nossa Escola estão superlotadas de alunos. Houve um tempo em que a freqüência à escola se mantinha até que fosse entregue a carteira de estudante, depois acontecia uma evasão muito grande dos alunos. Neste ano, continua a mesma freqüência. Num debate aqui na sala, sobre as atividades profissionais que realizamos, constatamos que a maioria dos alunos está desempregada. Seria este o motivo de tanto comparecimento?

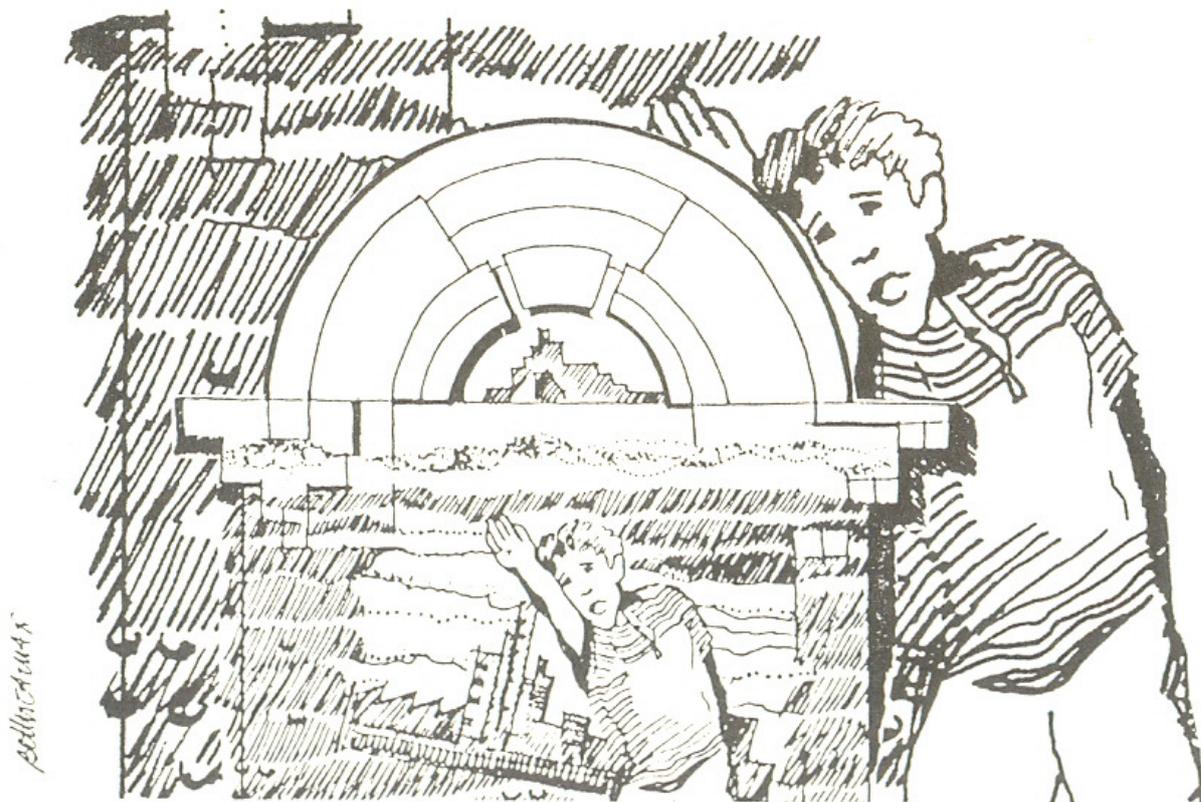
- É possível! Para sobreviver, temos que trabalhar, mas ninguém consegue, hoje em dia, um emprego melhor se não tiver estudo. Digo isto porque, quando me submeti a uma seleção para assumir um emprego, era exigido, no mínimo, pelo menos, ler e escrever. Por exemplo, consegui um emprego de fiscal de coletivo, porque cursava o supletivo.

- Será que exigência desse tipo na admissão de trabalhadores não é uma forma de selecionar dentre um grande número de trabalhadores desempregados?

- Eu não sei responder a esta questão, porém percebo que quem está estudando e pensa que, ao concluir o curso, arranjará um bom emprego, está muito enganado.

- O que acontece é que a cada dia se torna mais difícil conseguir um emprego. Para mim, a explicação desse fato não está na escola, mas no sistema econômico-social em que vivemos, que gera um mercado de trabalho uniforme, flexível e instável. Vejam, este mercado tem exigido, cada vez mais, funções simplificadas e mais especializadas. Por exemplo: pranchar golas numa máquina grande, utilizando os dois pés; controlar estoque e anotar; vender no balcão e arrumar estoque. Desta forma, podemos mudar de uma função para outra e, ainda, assumir duas ou mais funções ao mesmo tempo; passar de um setor para outro; circular pelas diversas regiões do país sem problema de adaptação, porque tais funções exigem o mínimo de habilidades que são rapidamente desenvolvidas, inclusive no local de trabalho. Portanto, esta dinâmica do sistema produtivo cria uma categoria de trabalhadores que permutam de um setor da produção para outro, ganham baixos salários só para se manterem vivos e, uma outra, que parasita em torno deste sistema.

- Assim sendo, só aqueles que pertencem à classe social cujas condições de vida são bastante favoráveis é que terão assegurado um bom emprego, um bom salário?



- Sim, você está compreendendo essa dinâmica do sistema produtivo, mas eu quero retornar ao que você colocou de início em relação ao estudo. Para mim, a sua importância está na possibilidade de me tornar, pelo menos, uma pessoa mais instrumentalizada para ler e escrever, mais bem informada e melhor habilitada para pensar. Nas circunstâncias atuais, não tenho uma idéia precisa sobre o papel da escola em relação ao mundo do trabalho.

- Sim, também penso dessa forma, porque considero o estudo necessário, mas não suficiente, para termos uma compreensão correta de nossa condição de trabalhador e das possibilidades de melhoria desta condição. É indispensável que a gente se organize e que participe de uma luta em função das nossas necessidades.

SOBRE O SABER SISTEMATIZADO NOS TEXTOS

- A leitura das condições de subsistência material dos entrevistados, alunos do CIPS-RN, suscita uma questão voltada para a apropriação do saber sistematizado nos textos-caracterização. Somente a leitura desses textos não garante a professores e alunos a apropriação do saber neles contido. Compreender esse ângulo da realidade do aluno do supletivo implica, como afirmamos inicialmente, uma mudança na forma de pensar e, em decorrência, modificações na forma de explorar o conteúdo trabalhado pela escola formal. Ultrapassar os limites expressos nos textos e atingir a sua explicação científica é uma possibilidade que depende não só do conteúdo documentado, mas, principalmente, da compreensão das contradições que configuram essa sociedade composta de condições sociais e econômicas diferentes, antagônicas e inconciliáveis. Por isso, acreditamos que discutir a valorização do capital e do trabalho excedente, compreender as flutuações dos trabalhadores no mercado de trabalho, as razões e condições daqueles que parasitam no sistema capitalista, exige uma mudança na forma de perceber o movimento do real.

Contudo, textos que vinculam o seu conteúdo às experiências concretas do aluno que frequenta o supletivo, além de favorecerem a aprendizagem da palavra, podem contribuir para uma reflexão sobre o contexto econômico-social vivenciado pela maioria daquela clientela. E, se forem permanentemente aperfeiçoados e

atualizados, propiciarão um contínuo conhecimento das características específicas do aluno trabalhador, tendo presente aquelas experiências próximas à prática do próprio grupo para o qual se destinam os textos.

Trata-se, portanto, de uma abordagem inovadora, se comparada com a sistemática freqüentemente adotada pelo CIPS-RN, da qual extraímos um exemplo com o texto: "O Sítio de Dona Benta", da obra de Monteiro Lobato, que apresenta uma linguagem figurada e própria do mundo infantil.

Por outro lado, os aspectos técnicos, próprios do texto didático, tornam-se, também, obrigatórios nesse procedimento metodológico de caracterizar a clientela do sistema de educação formal. Assim é que a obediência à norma técnica fez da sistematização das informações, até chegarmos à forma de texto, um trabalho ao mesmo tempo intelectual e artesanal. Isto porque, embora as entrevistas apresentem uma ordenação de questões que favorecem as respostas, muitas vezes tais respostas são ampliadas ou exemplificadas. Daí afirmarmos que o trabalho intelectual de ordenação de idéias até a estruturação dos textos requer, freqüentemente, aproximação e/ou seleção de fatos, estabelecimentos de relações e explicações desses fatos.

Na estruturação desses textos que propomos ao ensino supletivo, procuramos ser fiéis às idéias dos pesquisadores e, na medida do possível, fiéis às suas falas, mas compreendemos que não é necessário que escrevamos tal como falam os nossos informantes para que eles entendam um texto que conta fatos das suas vidas.

Os textos se apresentam numa linguagem acessível, comportam expressões das falas dos trabalhadores e outras enunciações da língua padrão. Objetivávamos que os mesmos refletissem os conteúdos manifestos de forma a abordar as relações de trabalho e, além disso, se apresentassem com elementos sistematizados em termos das formas de enunciações, do vocabulário, dos recursos de coesão textual - referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical - e de outros aspectos da comunicação verbal, de modo a permitir reflexões sobre o fenômeno da própria língua. Atentamos, ainda, para os níveis de coerência global, local e temática que asseguram não só um cuidado com os conteúdos, mas também com a forma do texto.

Não é demais lembrarmos que, por vezes, burilamos algumas declarações, outras vezes, deixamo-las tais como nos foram di-

tas e, em outros momentos, explicamos os fatos com as nossas palavras numa tentativa de aproximarmos do estilo simples dos entrevistados.

A maior parte dos textos se apresenta sob forma de diálogo, outros, em narrativa. A opção pelo discurso direto favoreceu a inclusão das falas de muitos entrevistados. A narrativa, por sua vez, permitiu o destaque de algumas experiências marcantes.

Sabemos que um texto pode permitir uma leitura parafrástica e/ou polissêmica. Pela natureza dos conteúdos abordados nos referidos textos, acreditamos que os mesmos possibilitarão não só leituras parafrásticas como também leituras polissêmicas. Assim, com a leitura de elementos da realidade concreta do aluno que frequenta o supletivo, pretendemos ter assegurado o desenvolvimento de habilidades requeridas na interpretação de texto, como: identificação e explicação de fatos, relações, inferências, extrapolações, etc.

Por fim, objetivávamos, ainda, pôr em prática um procedimento metodológico que transformasse o trabalho de pesquisa num suporte para o processo de ensino-aprendizagem. Uma tentativa de aplicação dessa proposta poderá dizer-nos do seu alcance e suas limitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez/A. Associados. 1982
2. HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
3. KATO, M. A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
4. ORLANDI, E. P. A produção da leitura e suas condições. In: **Leitura**: teoria e prática. Porto Alegre: Mercado Aberto, v. 2, n. 1, p. 20-5, abr. 1983.
5. SILVA, L. de S. et al. **Uma nova abordagem para o estudo da língua portuguesa no ensino supletivo**: experiência no CIPS da Escola Estadual João Tibúrcio. Natal, 1989 (Relatório de Pesquisa).